

**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2017
(Processo Administrativo n.º 23290.000414/2015-19)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Aracaju, por meio da Coordenadoria de Licitações e Compras - COLIC, sediado na Av. Eng. Gentil Tavares da Mota, 1166 – Bairro Getúlio Vargas Aracaju – SE, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 20/10/2017

Horário: 9:15

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de **MATERIAL ELÉTRICO** a fim de suprir as necessidades durante o desenvolvimento das aulas práticas do curso de Eletrotécnica do IFS – Campus Aracaju, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Sergipe – Campus Aracaju.

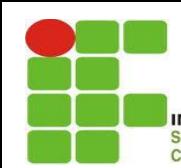
2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. Instituto Federal de Sergipe – Campus Estância;

2.2.2. Instituto Federal de Sergipe – Campus Propriá;

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuênciam do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.



3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento



regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.3. que estejam reunidas em consórcio;

5.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. valor unitário;

6.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

6.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

6.6.3. Marca;

6.6.4. Fabricante;

6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. SUPRESSÃO.

7.7.1. SUPRESSÃO.

7.7.2. SUPRESSÃO.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. SUPRESSÃO.

7.15.1. SUPRESSÃO.

7.16. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.16.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.17. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7.18. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.18.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 016/2017

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes defindo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. SUPRESSÃO.

8.5.2.1. **SUPRESSÃO.**

8.5.2.2. **SUPRESSÃO.**

8.5.2.3. **SUPRESSÃO.**

8.5.2.3.1. **SUPRESSÃO.**

8.5.2.3.2. **SUPRESSÃO.**

8.5.2.4. **SUPRESSÃO.**

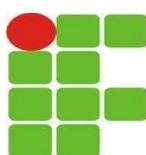
8.5.2.5. **SUPRESSÃO.**

8.5.2.6. **SUPRESSÃO.**

8.5.2.7. **SUPRESSÃO.**

8.5.2.8. **SUPRESSÃO.**

8.6. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do(s) Decreto(s) nº n° 7713 de abril de 2012.



8.7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.7.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 016/2017

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2(duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilidade Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4. Habilidade jurídica:

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

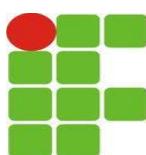
9.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.4.9. SUPRESSÃO

9.4.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



9.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio e-mail colic.ifs@gmail.com.

9.8.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8.2. Quando os documentos forem enviados pelos sistema (upload) não será necessário o envio posterior dos documentos pelos correios.

9.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.9.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.10. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

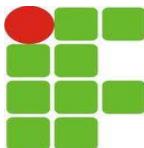
11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o



prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da ata.

15.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

15.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

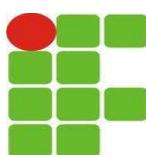
17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (itens 5, 6 e 11).

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência (itens 11 e 12).

19. DO PAGAMENTO



- 19.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.2.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 19.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobreestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 19.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.11.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 19.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 19.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação



financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$= \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

21.1.2. apresentar documentação falsa;

21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

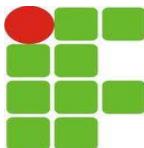
21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. não mantiver a proposta;

21.1.6. cometer fraude fiscal;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail colic.ifs@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Engenheiro Gentil Tavares da Mota, 1166 – B Getúlio Vargas Aracaju – SE na Coordenadoria de Licitações e Contratos – COLIC.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entrinhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 016/2017

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Engenheiro Gentil Tavares da Mota 1166, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju - SE, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 e as 14:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. O Foro para solucionar possíveis litígios que decorrerem da execução do objeto desta licitação será o da Seção Judiciária de Sergipe - Justiça Federal.

23.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

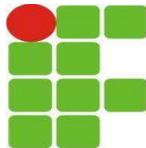
23.11.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

23.11.3. ANEXO III – Quantitativos máximos e mínimos;

23.11.4. ANEXO IV – Quantitativos por Campus.

Aracaju, 12 de setembro de 2017.

**Álvaro Batista de Azevedo
Pregoeiro**



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Aquisição de **MATERIAL ELÉTRICO** a fim de suprir as necessidades durante o desenvolvimento das aulas práticas do curso de Eletrotécnica do IFS – C. Aracaju, conforme termos e condições constantes no presente Termo de Referência.

2 – JUSTIFICATIVA

O presente PCM tem por objeto a aquisição de materiais de consumo para uso em aulas demonstrativas e práticas, constantes nos conteúdos das disciplinas ministradas nos laboratórios de Instalações elétricas (Que atende atualmente aos cursos de Eletrotécnica e Engenharia Civil), Eletricidade experimental, Eletrônica analógica, Máquinas elétricas e Instalações Elétricas. Portanto o material relacionado neste PCM vem, após a sua aquisição, dar melhores condições nos desenvolvimentos das referidas aulas. Considerando também que parte do material relacionado será utilizado para montagens, reformas e manutenção dos módulos existentes nos laboratórios para o atendimento às exigências de segurança do trabalho quanto ao aspecto de segurança nos laboratórios.

A Coordenação do Curso de Eletrotécnica entende que os laboratórios devem ser melhores supridos e equipados para otimizar a qualificação dos alunos, contribuindo assim com a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

3 – DAS CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADE ESTIMADA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Alicate universal de 8" com cabo isolado; Material: Aço forjado; Tensão de isolação: 1000 Volts; O Material deverá atender a norma NBR 9699.	UNID.	55	21,58	1.186,90
02	Caixa em PVC para ferramentas (pequena). Dimensões: 390x200x120 mm.	UNID.	55	59,97	3.298,35
03	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor verde	UNID.	160	3,88	620,80
04	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor preta	UNID.	160	3,80	608,00
05	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor vermelha	UNID.	160	3,88	620,80



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 016/2017

06	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor azul	UNID.	160	3,40	544,00
07	Borne para pino banana de 4mm – cor vermelha	UNID.	160	6,74	1.078,40
08	Borne para pino banana de 4mm – cor preta	UNID.	160	6,74	1.078,40
09	Borne para pino banana de 4mm – cor azul	UNID.	160	6,74	1.078,40
10	Borne para pino banana de 4mm – cor verde	UNID.	160	6,74	1.078,40
11	Fita isolante plástica – 19 mm x 20 m	ROLOS	65	10,22	664,30
12	Interruptor Automático de presença, Tensão: 127 V;	UNID.	40	32,39	1.295,60
13	Interruptor three-way de embutir, com placa de acabamento, 250V/10 A.	UNID.	20	18,54	370,80
14	Interruptor de simples seção de embutir, com placa de acabamento, 10A/250V.	UNID.	30	5,95	178,50
15	Tomada 2P+T, para embutir, com placa de acabamento (Padrão Brasileiro conforme NBR 14136), 10A/250v	UNID.	70	8,00	560,00
16	lâmpadas automotivas de 1 pólo 12v/21w	UNID.	20	1,46	29,20
17	Base para lâmpada automotiva de 1 pólo 12V/21W	UNID.	10	5,90	59,00
18	lâmpadas 12v/60 miliamperes tubular 2 pólos	UNID.	40	4,37	174,80
19	Potenciômetro Linear de fio 1k□/4w	UNID.	35	15,02	525,70
20	Potenciômetro Linear de fio 4,7k□/4w	UNID.	35	16,14	564,90
21	Pilhas 1,5v Alcalina recarregável tipo D capacidade 2.500mAh	UNID.	30	12,49	374,70
22	Baterias Alcalina 9v	UNID.	60	12,99	779,40
23	Diodos LEDs , tipo Standard cor vermelho, 30mA,1,7v	UNID.	140	0,29	40,60
24	Diodos LEDs, tipo Standard, cor Amarelo 30 mA 2,1 v	UNID.	140	0,31	43,40
25	Diodos LEDs, tipo Standard, cor verde 25 mA 2,2v	UNID.	140	0,22	30,80
26	Estiletes	UNID.	20	0,91	18,20
27	Lupas de mesa 65mm com iluminação	UNID.	16	323,15	5.170,40
28	Fio de solda rolo 1 mm (500 gramas)	UNID.	02	81,18	162,36
29	Cabo flexível de cobre, unipolar, témpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 0,75 mm², com isolação na cor vermelha (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	01	35,53	35,53
30	Cabo flexível de cobre, unipolar, témpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 0,75 mm², com isolação na cor preta (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	21	35,53	746,13



31	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpora mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor vermelha (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	02	39,39	78,78
32	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpora mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor preta (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	22	37,98	835,56
33	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpora mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor azul (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	17	44,27	752,59
34	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpora mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor verde (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	02	39,26	78,52
35	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpora mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor amarela (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	02	44,19	88,38
36	Cadeado ref. E 20 com duas chaves	UNID.	65	6,63	430,95
37	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 3"X 1/8"	UNID.	70	6,47	452,90
38	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 4"x 3/16"	UNID.	70	10,30	721,00
39	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 6"X 1/4"	UNID.	70	13,83	968,10
40	Chave Phillips com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 3"X 1/8"	UNID.	70	4,01	28,07
41	Chave Phillips com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 4"X 3/16"	UNID.	70	6,96	487,20
42	Base E27 em louça para lâmpada incandescente ou fluorescente compacta.	Pçs.	50	1,30	65,00
43	Contator tipo 2NA+2NF, tripolar, tensão nominal de alimentação da bobina: 127 Volts, corrente de trabalho: 40 A, freqüência: 60 Hz.	Pçs.	50	65,00	3.250,00
44	Chave elétrica tipo liga/desliga (Com retenção) Especificações: Corrente nominal: 6 A; Tensão de Isolação: 250 Volts; Quant. de polos: 01 Aplicação: Montagem em painel.	Pçs.	50	3,59	179,50



45	Chave elétrica tipo liga/desliga (Pulsadora) Especificações: Corrente nominal: 5 A; Tensão de Isolação: 250 Volts; Quant. de polos: 01 Aplicação: Montagem em painel.	Pçs.	50	8,20	410,00
46	Fusível Diazed do tipo retardado Especificações: Corrente nominal: 4 A Tensão de isolação: 500 Volts Capacidade de interrupção simétrica: 50 kA	Pçs.	100	2,30	230,00
47	Fusível Diazed do tipo retardado Especificações: Corrente nominal: 6 A Tensão de isolação: 500 Volts Capacidade de interrupção simétrica: 50 kA	Pçs.	100	2,38	238,00
48	Fusível Diazed do tipo retardado Especificações: Corrente nominal: 10 A Tensão de isolação: 500 Volts Capacidade de interrupção simétrica: 50 kA	Pçs.	100	2,42	242,00
49	Disjuntor DR Tetrapolar Especificações: Número de polos: 04 (Tetrapolar); Corrente nominal: 25 A; Sensibilidade: 30 mA; Capac. de interrupção simétrica: 6 kA	Pçs.	10	113,12	1.131,20
50	Botão Cogumelo “Tipo Soco” para desligamento de Emergência Especificações: Diâmetro: 40 mm; Configuração dos contatos: 1NA+1NF; Tensão de aplicação: 220 Vac; Cor do botão: Vermelha; Com retenção ao ser acionado e destrave giratório.	Pçs.	20	15,50	310,00

4 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 - Os itens deste Termo de Referência, são comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Será realizada com base nas especificações contidas no edital de licitação e seus anexos.

6 – DA ENTREGA

Os materiais da UASG 158393 deverão ser entregues no Almoxarifado do Campus Aracaju, no horário comercial das 08h as 11h30min e das 14h as 17h30min, na Av. Eng. Gentil Tavares da Mota, 1166, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju - SE, CEP: 49055-260 e os demais nos seus respectivos Campus.



7 - DO RECEBIMENTO

Os materiais adjudicados serão recebidos por Servidor do Almoxarifado da Instituição, nos seus respectivos Campus.

8 – DA VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta deverá conter prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contados da emissão da nota de empenho.

9 – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL

A Nota fiscal será atestada pelo servidor designado pelo IFS – C. Aracaju após conferência das especificações.

10 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para a aquisição dos bens estarão de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

11 – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a entrega definitiva dos materiais.

12 - DEVERES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Edital e seus Anexos:

- A. Entregar os produtos, objeto da presente licitação, no prazo de **até 30 (trinta) dias** corridos após solicitação da instituição;
- B. Responder pelos vícios e defeitos dos produtos e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo IFS – C. Aracaju, quando for o caso;
- C. Substituir às suas expensas, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da notificação expedida pelo IFS – C. Aracaju, o(s) produto(s), caso se constate, **defeitos de fabricação, prazo de validade vencido, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações deste Edital, dentre outros;**
- D. O objeto deverá seguir os critérios de sustentabilidade para aquisição, conforme item 13 do Termo de Referência;

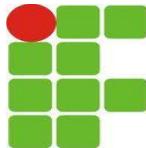


- E. O prazo mínimo estipulado no item anterior, não desonera a CONTRATADA DE CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NA Lei nº 8.078/90 e alterações – Código de Defesa do Consumidor, bem como dos encargos previstos neste instrumento;
- F. Entregar em suas embalagens originais contendo as informações: **MARCA, MODELO, REFERÊNCIA, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO PROCEDENCIA, NÚMERO DE LOTE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO (QUANDO ESTÉRIL), E NÚMERO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA, quando for o caso** entre outros e de acordo com a legislação em vigor, observadas as especificações constantes no **Termo de referência**. Os materiais diversos não deverão ser acondicionados em uma mesma embalagem/caixa;
- G. Comunicar ao órgão requisitante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- H. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- I. Seguir as normas adequadas relativas ao transporte dos produtos quanto a embalagens, volumes e outros;
- J. Fornecer os materiais conforme as especificações constantes no Edital e seus Anexos;
- K. Entregar os produtos rigorosamente de acordo com as especificações e quantitativos expressos na Nota de Empenho, no(s) local(is) de entrega especificado(s) no item 5.1.

13 - DEVERES DO CONTRATANTE

13.1. Incumbe ao CONTRATANTE:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;
- b) efetuar o pagamento à Adjudicatária nos termos do Edital;
- c) aplicar à Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais;
- d) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;



- e) não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;
- f) proceder o rigoroso controle de qualidade dos produtos recebidos, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.

14 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE ADOTADOS PARA A AQUISIÇÃO

14.1 O objeto deste Termo de Referência deve observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

14.2 O objeto deste Termo de Referência não deve conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.3 O objeto deste Termo de Referência deve ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

14.4 A comprovação do disposto nos subitens 13.1, 13.2 e 13.3 pode ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

Aracaju, 08 de Maio de 2017


James Sidney Freitas de Carvalho
Coord. de Eletrotécnica
IFS - Aracaju

JAMES SIDNEY FREITAS DE CARVALHO
Coord. de Curso de Eletrotécnica

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

() Aprovado () Não Aprovado

ELBER RIBEIRO GAMA
Diretor Geral do Campus Aracaju



ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Aracaju, com sede na Av. Eng. Gentil Tavares da Mota, 1166 – Bairro Getúlio Vargas Aracaju – SE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de inscrito(a) no CPF sob o nº portador(a) da Carteira de Identidade nº , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200...., processo administrativo n.º , RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **MATERIAL ELÉTRICO** a fim de suprir as necessidades durante o desenvolvimento das aulas práticas do curso de Eletrotécnica do IFS – C. Aracaju , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

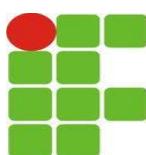
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

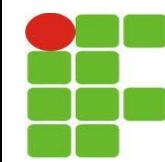
5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

Local e data
Assinaturas

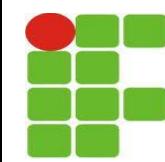
Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO III
QUANTITATIVOS MÁXIMOS E MÍNIMOS

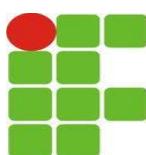
**ORGÃO: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe
CAMPUS ARACAJU**

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
01	Alicate universal de 8" com cabo isolado; Material: Aço forjado; Tensão de isolação: 1000 Volts; O Material deverá atender a norma NBR 9699.	UNID.	10	20
02	Caixa em PVC para ferramentas (pequena). Dimensões: 390x200x120 mm.	UNID.	30	30
03	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor verde	UNID.	100	100
04	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor preta	UNID.	100	100
05	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor vermelha	UNID.	100	100
06	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor azul	UNID.	100	100
07	Borne para pino banana de 4mm – cor vermelha	UNID.	100	100
08	Borne para pino banana de 4mm – cor preta	UNID.	100	100
09	Borne para pino banana de 4mm – cor azul	UNID.	100	100
10	Borne para pino banana de 4mm – cor verde	UNID.	100	100
11	Fita isolante plástica – 19 mm x 20 m	ROLOS	50	50
12	Interruptor Automático de presença, Tensão: 127 V;	UNID.	20	20
13	Interruptor three-way de embutir, com placa de acabamento, 250V/10 A.	UNID.	20	20
14	Interruptor de simples seção de embutir, com placa de acabamento, 10A/250V.	UNID.	30	30
15	Tomada 2P+T, para embutir, com placa de acabamento (Padrão Brasileiro conforme NBR 14136), 10A/250v	UNID.	30	30



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 016/2017

16	lâmpadas automotivas de 1 pólo 12v/21w	UNID.	20	20
17	Base para lâmpada automotiva de 1 pólo 12V/21W	UNID.	10	10
18	lâmpadas 12v/60 miliampères tubular 2 pólos	UNID.	40	40
19	Potênciometro Linear de fio 1k□/4w	UNID.	20	20
20	Potênciometro Linear de fio 4,7k□/4w	UNID.	20	20
21	Pilhas 1,5v Alcalina recarregável tipo D capacidade 2.500mAh	UNID.	30	30
22	Baterias Alcalina 9v	UNID.	30	30
23	Diodos LEDs , tipo Standard cor vermelho, 30mA,1,7v	UNID.	20	20
24	Diodos LEDs, tipo Standard, cor Amarelo 30 mA 2,1 v	UNID.	20	20
25	Diodos LEDs, tipo Standard, cor verde 25 mA 2,2v	UNID.	20	20
26	Estiletes	UNID.	5	5
27	Lupas de mesa 65mm com iluminação	UNID.	06	06
28	Fio de solda rolo 1 mm (500 gramas)	UNID.	02	02
29	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 0,75 mm², com isolação na cor vermelha (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	01	01
30	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 0,75 mm², com isolação na cor preta (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	01	01
31	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor vermelha (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	02	02
32	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor preta (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	02	02
33	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor azul (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	02	02
34	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor verde (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	02	02
35	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpera mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor amarela (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	02	02
36	Cadeado ref. E 20 com duas chaves	UNID.	30	30
37	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 3"X 1/8"	UNID.	30	30



38	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 4"x 3/16"	UNID.	30	30
39	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 6"X 1/4"	UNID.	30	30
40	Chave Phillips com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 3"X 1/8"	UNID.	30	30
41	Chave Phillips com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 4"X 3/16"	UNID.	30	30
42	Base E27 em louça para lâmpada incandescente ou fluorescente compacta.	Pçs.	50	50
43	Contator tipo 2NA+2NF, tripolar, tensão nominal de alimentação da bobina: 127 Volts, corrente de trabalho: 40 A, freqüência: 60 Hz.,	Pçs.	10	10
44	Chave elétrica tipo liga/desliga (Com retenção) Especificações: Corrente nominal: 6 A; Tensão de Isolação: 250 Volts; Quant. de polos: 01 Aplicação: Montagem em painel.	Pçs.	20	20
45	Chave elétrica tipo liga/desliga (Pulsadora) Especificações: Corrente nominal: 5 A; Tensão de Isolação: 250 Volts; Quant. de polos: 01 Aplicação: Montagem em painel.	Pçs.	20	20
46	Fusível Diazed do tipo retardado Especificações: Corrente nominal: 4 A Tensão de isolação: 500 Volts Capacidade de interrupção simétrica: 50 kA	Pçs.	100	100
47	Fusível Diazed do tipo retardado Especificações: Corrente nominal: 6 A Tensão de isolação: 500 Volts Capacidade de interrupção simétrica: 50 kA	Pçs.	100	100
48	Fusível Diazed do tipo retardado Especificações: Corrente nominal: 10 A Tensão de isolação: 500 Volts Capacidade de interrupção simétrica: 50 kA	Pçs.	100	100
49	Disjuntor DR Tetrapolar Especificações: Número de polos: 04 (Tetrapolar); Corrente nominal: 25 A; Sensibilidade: 30 mA; Capacidade de interrupção simétrica: 6 kA	Pçs.	10	10



50	Botão Cogumelo “Tipo Soco” para desligamento de Emergência Especificações: Diâmetro: 40 mm; Configuração dos contatos: 1NA+1NF; Tensão de aplicação: 220 Vac; Cor do botão: Vermelha; Com retenção ao ser acionado e destrave giratório.	Pçs.	10	10
----	--	------	----	----

**ORGÃO: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe
CAMPUS ESTÂNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
01	Alicate universal de 8" com cabo isolado; Material: Aço forjado; Tensão de isolação: 1000 Volts; O Material deverá atender a norma NBR 9699.	UNID.	1	15
02	Caixa em PVC para ferramentas (pequena). Dimensões: 390x200x120 mm.	UNID.	1	10
03	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor verde	UNID.	1	60
04	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor preta	UNID.	1	60
05	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor vermelha	UNID.	1	60
06	Plug banana de pressão 10A, 4mm, longo, tipo joto 1561, cor azul	UNID.	1	60
07	Borne para pino banana de 4mm – cor vermelha	UNID.	1	60
08	Borne para pino banana de 4mm – cor preta	UNID.	1	60
09	Borne para pino banana de 4mm – cor azul	UNID.	1	60
10	Borne para pino banana de 4mm – cor verde	UNID.	1	60
12	Interruptor Automático de presença, Tensão: 127 V;	UNID.	1	20



22	Baterias Alkalina 9v	UNID.	1	15
27	Lupas de mesa 65mm com iluminação	UNID.	1	10
30	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpora mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 0,75 mm², com isolação na cor preta (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	1	20
32	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpora mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor preta (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	1	20
33	Cabo flexível de cobre, unipolar, têmpora mole, isolado em PVC 70º para 750 V, seção de 1,0 mm², com isolação na cor azul (Certificado pelo INMETRO).	Peça c./ 100 m.	1	15
36	Cadeado ref. E 20 com duas chaves	UNID.	1	10
37	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 3"X 1/8"	UNID.	1	20
38	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 4"x 3/16"	UNID.	1	20
39	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 6"X 1/4"	UNID.	1	20
40	Chave Phillips com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 3"X 1/8"	UNID.	1	20
41	Chave Phillips com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 4"X 3/16"	UNID.	1	20
43	Contator tipo 2NA+2NF, tripolar, tensão nominal de alimentação da bobina: 127 Volts, corrente de trabalho: 40 A, freqüência: 60 Hz.,	Pçs.	1	40
44	Chave elétrica tipo liga/desliga (Com retenção) Especificações: Corrente nominal: 6 A; Tensão de Isolação: 250 Volts; Quant. de polos: 01 Aplicação: Montagem em painel.	Pçs.	1	30
45	Chave elétrica tipo liga/desliga (Pulsadora) Especificações: Corrente nominal: 5 A; Tensão de Isolação: 250 Volts; Quant. de polos: 01 Aplicação: Montagem em painel.	Pçs.	1	30
50	Botão Cogumelo "Tipo Soco" para desligamento de Emergência Especificações: Diâmetro: 40 mm; Configuração dos contatos: 1NA+1NF; Tensão de aplicação: 220 Vac; Cor do botão: Vermelha; Com retenção ao ser acionado e destrave giratório.	Pçs.	1	10



**ORGÃO: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe
CAMPUS PROPRIÁ**

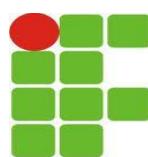
ITEM	DESCRÍÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
01	Alicate universal de 8" com cabo isolado; Material: Aço forjado; Tensão de isolação: 1000 Volts; O Material deverá atender a norma NBR 9699.	UNID.	01	20
02	Caixa em PVC para ferramentas (pequena). Dimensões: 390x200x120 mm.	UNID.	01	15
11	Fita isolante plástica – 19 mm x 20 m	ROLOS	01	15
15	Tomada 2P+T, para embutir, com placa de acabamento (Padrão Brasileiro conforme NBR 14136), 10A/250v	UNID.	01	40
19	Potênciometro Linear de fio 1kΩ/4w	UNID.	01	15
20	Potênciometro Linear de fio 4,7kΩ/4w	UNID.	01	15
22	Baterias Alcalina 9v	UNID.	01	15
23	Diodos LEDs , tipo Standard cor vermelho, 30mA,1,7v	UNID.	01	120
24	Diodos LEDs, tipo Standard, cor Amarelo 30 mA 2,1 v	UNID.	01	120
25	Diodos LEDs, tipo Standard, cor verde 25 mA 2,2v	UNID.	01	120
26	Estiletes	UNID.	01	15
36	Cadeado ref. E 20 com duas chaves	UNID.	01	25
37	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 3"X 1/8"	UNID.	01	20



38	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 4"x 3/16"	UNID.	01	20
39	Chave de Fenda com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 6"X 1/4"	UNID.	01	20
40	Chave Phillips com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 3"X 1/8"	UNID.	01	20
41	Chave Phillips com haste isolada, material da haste: Cromo vanádio e dimensões de 4"X 3/16"	UNID.	01	20

ANEXO IV
QUANTITATIVOS POR CAMPUS

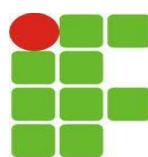
ITEM	CAMPUS	QUANTIDADE
01	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	15
	PROPRIÁ	20
02	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	10
	PROPRIÁ	15
03	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	60
	PROPRIÁ	-
04	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	60
	PROPRIÁ	-
05	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	60
	PROPRIÁ	-
06	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	60
	PROPRIÁ	-
07	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	60
	PROPRIÁ	-
08	ARACAJU	100



	ESTÂNCIA	60
	PROPRIÁ	-
09	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	60
	PROPRIÁ	-
10	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	60
	PROPRIÁ	-
11	ARACAJU	50
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	15
12	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	20
	PROPRIÁ	-
13	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
14	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
15	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	40
16	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
17	ARACAJU	10
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
18	ARACAJU	40
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
19	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	15



20	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	15
21	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
22	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	15
	PROPRIÁ	15
23	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	120
24	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	120
25	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	120
26	ARACAJU	05
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	15
27	ARACAJU	06
	ESTÂNCIA	10
	PROPRIÁ	-
28	ARACAJU	02
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
29	ARACAJU	01
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
30	ARACAJU	01
	ESTÂNCIA	20
	PROPRIÁ	-
31	ARACAJU	02
	ESTÂNCIA	-



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 016/2017

	PROPRIÁ	-
32	ARACAJU	02
	ESTÂNCIA	20
	PROPRIÁ	-
33	ARACAJU	02
	ESTÂNCIA	15
	PROPRIÁ	-
34	ARACAJU	02
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
35	ARACAJU	02
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
36	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	10
	PROPRIÁ	25
37	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	20
	PROPRIÁ	20
38	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	20
	PROPRIÁ	20
39	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	20
	PROPRIÁ	20
40	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	20
	PROPRIÁ	20
41	ARACAJU	30
	ESTÂNCIA	20
	PROPRIÁ	20
42	ARACAJU	50
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
43	ARACAJU	10



	ESTÂNCIA	40
	PROPRIÁ	-
44	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	30
	PROPRIÁ	-
45	ARACAJU	20
	ESTÂNCIA	30
	PROPRIÁ	-
46	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
47	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
48	ARACAJU	100
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
49	ARACAJU	10
	ESTÂNCIA	-
	PROPRIÁ	-
50	ARACAJU	10
	ESTÂNCIA	10
	PROPRIÁ	-